

Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil

PAULA FAUSTINO SAMPAIO*

“Quanto à questão de gênero, a luta tem sido dobrada pelo preconceito, pelo desconhecimento e pelo desinteresse dos envolvidos, o que contribui para tornar invisível a situação das mulheres indígenas no Brasil. Por isso, para falar da participação das mulheres indígenas na Conferência Mundial contra o Racismo, há um outro histórico que não pode ser ignorado.” (POTIGUARA, 2002: 224.)

A epígrafe que abre este escrito é parte do discurso de Eliane Potiguara na Conferência de Durban (Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlatas, em Durban, África do Sul), em setembro de 2001. Em tom de denúncia, a partir das histórias de vida de mulheres e homens da etnia Potiguara e outras etnias, Eliane Potiguara evidenciou a solidão, os sofrimentos, as violências, as migrações, as lutas e as participações políticas dos povos indígenas no Brasil, e ressaltou a invisibilidade das mulheres indígenas no Brasil.

No Brasil, conforme dados Censo Populacional realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos 896.000 indígenas, sendo a metade desta população constituída por mulheres. Apesar deste contingente populacional total indígena, existem muitos silêncios em torno de suas vidas, presentes e passadas, em especial sobre as experiências de lideranças das mulheres indígenas.

Este artigo visa a mostrar como as mulheres indígenas tem sido historiadas na historiografia brasileira a partir dos anos 1980 e o que algumas lideranças femininas indígenas dizem sobre a atuação de mulheres indígenas. Neste interim, discutir-se a rede de significados construída no tempo presente sobre as experiências de lideranças de mulheres indígenas Brasil.

Dentre as lideranças femininas indígenas do Brasil, a escritora Eliane Potiguara, licenciada em Educação e em Letras (Português-Licenciatura), considerada pelo Conselho de Mulheres do Brasil, a mulher do Ano em 1988 e indicada pela Rede de Desenvolvimento da Espécie Humana – Redeh - para o Prêmio Nobel da Paz 2005, que em 1985 liderou um grupo de mulheres da etnia Potiguara para a fundação da Associação Grupo Mulher-Educação Indígena – Grumin e do Jornal Grumin, é um nome importante por sua trajetória.

* Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, Campi Rondonópolis. Mestre em História/UFPE.

Participe das articulações que antecederam a fundação do Grumin, especialmente do Primeiro Encontro Potiguara de Luta e Resistência, e conhecedora das lutas dos povos indígenas no Brasil, Eliane Potiguara afirmou que

“[...] não existem estudos, cifras, estatísticas que documentem as maneiras como as mulheres indígenas estão sendo ameaçadas e violadas em seus Direitos Humanos e a maneira pela qual elas podem estar se extinguindo devido à mortalidade materna, à mortalidade por violência física, por migração de suas terras e por conflitos culturais e políticos que ameaçam suas vidas, suas famílias e o direito ao território indígena e à sua cosmovisão.” (POTIGUARA, 2002: 2255)

Desde dos anos 1960, o movimento indígena no Brasil organiza-se. Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e as lutas pelos direitos dos povos indígenas, houve o reconhecimento por parte do Estado brasileiro das organizações sociais indígenas. Segundo BRIGHENTI (2015: 152), houve grande aumento do número de “[...] associações, confederações, coordenações e outras formas associativas representativas das categorias trabalhistas – como professores e monitores bilíngues – por regiões, por estados, por gênero, de modo que, atualmente existem centenas de organizações indígenas no Brasil.”

Entretanto, em 2001, na Conferência de Durban, Eliane Potiguara ao relembrar a fundação do Grumin, cuja bandeira de luta denunciava a invisibilidade da mulher indígena, afirmou que “[...] a antropologia, a Igreja, as ONGs e o Estados conservadores nos olhavam como inconsequentes por falar em saúde e direitos reprodutivos. Acreditavam que esse assunto era alheio à cultura indígena e influenciado pelo movimento feministas!” (POTIGUARA, 2002: 225).”

E dentro do movimento indígena, as críticas, as reticências e os impedimentos às organizações de mulheres indígenas não foram menores, conforme afirma Eliane Potiguara:

“[...] lembro que um líder indígena nos mandou ir para a cozinha ou ficar fora das assembleias segurando os filhos no colo, inclusive do dele! Mas a guerreira Tuíra mostrou o facão para um empresário, dono da hidrelétrica que ameaçava a vida dos Kaiapós do Pará. Acredito que aí se abriu uma brecha para a mulher indígena, embora ainda hoje tenhamos que pressionar para que as políticas públicas incluam a questão de gênero.” (POTIGUARA, 2002: 225).

Eliane Potiguara é um dos casos de lideranças femininas indígenas com atuação desde os anos 1980. No discurso proferido na Conferência de Durban, ela narra sua história e defende a bandeira da escrita indígena e da mulher indígena, esta vista como mãe da terra. Por meio de publicações como o Jornal Grumin, entendido como o que “nasceu da luta da mulher”, o livro “Metade Cara, Metade Máscara”, discursos como o proferido na Conferência

de Durban, websites, audiovisual na rede mundial de computadores, redes sociais, a exemplo da Rede *Facebook*, Eline Potiguara dar a ver suas atuações e seus posicionamentos em relação aos povos indígenas.

Trata-se de uma militância e escrita literária de uma mulher indígena em que o ser mulher indígena é acionado como condição própria de existência. Neste agenciamento, o discurso de Eliane Potiguara sobre a invisibilidade das mulheres indígenas é razão de existência de sua projeção enquanto militante no espaço público da sociedade envolvente e organizadora de uma das associações de mulheres indígenas nos anos 1980 que perdura até o presente e, ao mesmo tempo, visibilidade de uma forma de existir para as mulheres indígenas que se configura como possível a partir das vivências de migração de algumas para o espaço urbano, em alguns casos com ingresso nas instituições de ensino superior.

Se para Eliane Potiguara “a situação das mulheres indígenas é invisível no Brasil”, na perspectiva de Azelene Kaingang, a atuação de mulheres indígenas nos espaços políticos indígena é “[...] ainda restrita e muito complicada.” (KAINGANG, 2012: 412.).

Para Azelene Kaingang, em depoimento para o livro *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado pela historiadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, publicado em 2012, pela Editora Contexto, ao analisar os papéis dos homens e das mulheres na sociedade Kaingang, afirma que as mulheres indígenas:

Mesmo com toda a responsabilidade que têm dentro grupo, só recentemente as mulheres indígenas passaram a atuar como militantes no movimento indígena. Atuação ainda muito restrita e complicada. Quando nós chegamos a ocupar espaços políticos e de representação é como se isso se desse porque contamos com a chancela dos homens – uma espécie de “ela está lá porque os homens permitiram” -, pois os espaços de protagonismo são uma exclusividade masculina. (KAINGANG, 2012: 412.).

Fundadora e membro do Warã – Instituto Indígena Brasileiro e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), premiada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2006 e membro da Ordem do Mérito Cultural desde 2010, Azelene Kaingang é funcionária pública da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), socióloga, mestra em Ciências Políticas. Azelene Kaingang.

Para Azelene Kaingang, apesar das mulheres terem formas próprias de fazer política e das crescentes reivindicações das mulheres indígenas por participação no movimento indígena

e nos conselhos nacionais, a exemplo no Conselho Nacional de Direitos das Mulher, entre os Kaingang a liderança é sempre masculina.

No entender de Azelene Kaingang, em função da quebra de paradigmas e da criação de possibilidades, as mulheres indígenas tem buscado formas variadas de inserção no movimento indígena e nos conselhos nacionais. As mulheres indígenas “abriram seus próprios espaços ancoradas num novo argumento: a qualificação técnica e profissional para a defesa qualitativa dos seus direitos.” (KAINGANG, 2012: 417.).

Apesar de lutarem para participação direta nas discussões do movimento indígena, as mulheres lideranças indígenas enfrentam as lutas para “conseguir se sobrepôr ao machismo existente no movimento indígena” (KAINGANG, 2012: 418.) e na estrutura de poder machista vigente no Brasil.

O lugar de protagonista dentro do movimento indígena e da sociedade envolvente construído por mulheres indígenas é para Azelene Kaingang motivo de relação conflituosa dentro da comunidade Kaingang, como afirma:

A negação dos espaços e a disputa política com os homens são ainda difíceis de ser superados. No povo Kaingang, que conheço bem, talvez essa questão seja uma das mais complicadas. Estendo essa observação para a maioria dos grupos indígenas, onde os homens ainda não admitem que as mulheres ocupem papéis políticos de destaque, relegando a elas sempre um lugar secundário, como forma de reforçar sua autoridade. Isso continuam a ocorrer mesmo que as mulheres se revelem grandes líderes e detentoras de conhecimentos técnicos com que, não raras vezes, elas elaboram documentos e projetos para serem assinados pelos homens. Ou seja, as mulheres são os degraus nos quais eles pisam para chegar aonde desejam. (KAINGANG, 2012:418.).

Na perspectiva de Azelene Kaingang, as mulheres indígenas são ainda relegadas pelos homens a posição secundária na atuação política da comunidade indígena, o que nos provoca a pensar quais os lugares e papeis imposto e rompidos pelas mulheres indígenas na demais esferas das comunidades indígenas e na sociedade envolvente.

Sonia Guajajara é uma liderança e porta voz do movimento indígena do Brasil. Para a jornalista Izabel Santos, Sonia Guajajara

É uma das maiores vozes do movimento indígena brasileiro. Nasceu em 1974, em uma aldeia do povo Guajajara/Tentehar, na região de Floresta Amazônica do Maranhão. Soninha, como é carinhosamente conhecida, é a atual coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mas esteve por dois mandatos à frente da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão e foi vice-coordenadora da Coordenação das Organizações

Indígenas da Amazônia (Coiab) por cinco anos. Ela já acumula 25 anos de luta na defesa dos direitos dos povos indígenas. (SANTOS, 2015:sem paginação.)

Equiparada às lideranças masculinas do movimento indígena no Brasil como o Cacique Raoni, o pajé e líder Yanomami David Kopenawa e a liderança indígena Macuxi Jair, Sonia Guajajara foi eleita para ocupar cargo de Vice Coordenadora entre 2009 e 2013 da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB). A COIAB foi criada em 1989, portanto, tanto vinte (20) anos depois da fundação uma mulher indígena foi eleita para Vice Coordenadora.

Graduada em Letras e Pós graduada em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão, Sonia Guajajara em relato história de vida ao Programa Liderar contou:

No ano de 2009, fui eleita vice Coordenadora da COIAB, foi um momento de muita emoção, pois os homens haviam decidido que eu seria Secretária, tava tudo orquestrado, foi quando com apoio das mulheres decidi que não seria secretária, e sim concorreria para Vice Coordenadora, foi um constrangimento para a maioria dos homens, pois não aceitavam o confronto. (GUAJAJARA, 2013: 7)

A leitura realizada por Sonia Guajajara da conjuntura política para sua eleição para vice coordenadora do COAIB chama atenção para a articulação de mulheres para eleição de cargo com maior significado e para as disputadas políticas dentro do movimento indígenas entre homens e mulheres, apesar de o trecho acima ser o único do relato ao Programa Liderar em que Sonia Guajajara menciona o conflito entre homens e mulheres na COAIB; o tom imperante no relato é o de liderança engajada e combativa que mudou-se para Brasília para melhor interferir nas políticas do legislativo e do executivo.

Para Maria Helena Ortolon Matos, a eleição de Sonia Guajajara demanda mais pesquisas etnográficas. A estudiosa levanta a hipótese que a eleição de Guajajara esteve relacionada à “valorização da política de gênero no movimento indígena ampliado, ou se teve seu valor maior pela necessidade atual de efetivar articulação política com líderes indígena da Amazônia Oriental.” (MATOS, 2012:163-164); “a eleição de Guajajara, não significa que as mulheres indígenas conseguiram maior empoderamento da participação feminina nas instâncias deliberativas e executivas do movimento indígena.”

Na fala introdutória a leitura e entrega da Carta do Povos Indígenas à Presidente da República Dilma Vanda Rouseff, em 5 de junho de 2012, Sonia Bone Guajajara afirmou:

O movimento indígena avalia como um momento histórico, onde temos uma Presidente da república Federativa do Brasil, mulher, depois demais de 100 ano de política indigenista no país temos uma presidente mulher a frente da FUNAI, e eu aqui enquanto liderança mulher indígena na condição de autoridade de meu povo e dos povos indígenas do Brasil. (GUAJAJARA, 2012: Sem Paginação).

Foi enquanto interlocutora dos povos indígenas e liderança mulher indígena que Sonia Guajajara apresentou-se e aproximou-se da Presidente da República e da Presidente da FUNAI, e foi como representante do seu povo – Guajajara e dos povos indígenas que se afirmou enquanto autoridade. E um das reivindicações da carta é: “Que a participação das mulheres indígenas seja sempre valorizada, assegurando sua presença em todas as instâncias governamentais onde haja representação indígena.” (GUAJAJARA, 2012: Sem Paginação)

Em entrevista à Carta Capital, em 2015, Sonia Guajajara afirmou que é “É hora de ir para cima, para o embate.” Presente no movimento indígena desde a Constituinte de 1988, atuante em ocupações realizadas pelo movimento indígenas, Sonia Guajajara durante a 16ª Conferência de Clima da ONU (COP16) em Cancún entregou uma moto serra de ouro para a Senadora Kátia Abre; este ato de Sonia Guajajara foi em defesa do Código Florestal.

Eliane Potiguara, Azelene Kaingaing e Sonia Bone Guajajara são três das mulheres indígenas, dentre outras mulheres dos povos indígenas, com destaque no cenário político indígena local, regional, nacional e internacional.

Para Aracy Tupinambá, registrada civilmente com o nome Renata Machado, pertencente ao povo Tupinambá, graduada em Comunicação Social e com curso de Roteiro Cinematográfico no Instituto Brasileiro do Audiovisual Escola de Cinema Darcy Ribeiro, em entrevista publicada nos sites Família, ÍndiosOnline e Racismo Ambiental, em 2012:

Eu acho muito vergonhosa a forma como muitas dessas novelas retratam a mulher indígena, uma imagem deturpada ligada ao atraso, ridículo, exótico, erótico, com muitas coisas pejorativas. E mesmo assim muita gente ainda pensa que não existe preconceito contra indígenas no Brasil, são estereótipos tão presentes na sociedade que acabam sendo aceitos e vistos como algo natural para algumas pessoas. E o que dizer sobre o recente comercial de bebida alcoólica, com “mulheres indígenas”, no caso atrizes vestidas de índias, com roupas inspiradas na de indígenas americanos, não-brasileiros, que aparecem para apagar a “fumaça” do churrasco de não-indígenas? O não-respeito às culturas indígenas. O grande desafio sem dúvida é a descolonização desse “saber colonizado”. (TUPINAMBÁ, 2012: Sem Paginação).

Para Aracy Tupinambá, o discurso da mídia informado e fundado no saber colonizado ridiculariza as mulheres indígenas, e está longe de representar as diversas formas de viver das mulheres indígenas no século XXI.

A representação sobre os povos indígenas criticada por Aracy Tupinambá pode ser percebida no século XIX, especialmente na literatura indianista; no século XX e XXI em apropriações desta literatura, e na obra *Casa Grande e Senzala*, clássico da história do Brasil, do sociólogo Gilberto Freyre. Para Freyre (2013), as mulheres indígenas facilitaram a colonização: “eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2013: 161.).

No entender de Gilberto Freyre, as mulheres indígenas por seu apetite sexual exacerbado e geração de filhos para os europeus, contribuíram no projeto português de colonização e de formação da sociedade no Brasil.

No entender de Gilberto Freyre, “O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão.” (FREYRE, 2013: 161.).

As mulheres indígenas foram entendidas a partir da misoginia cristã em seu afã colonizador e cristianizador das populações da América. Na leitura do sociólogo Gilberto Freyre, as mulheres indígenas contribuíram com sua cultura e desejos sexuais na formação da sociedade e da cultura do Brasil. Nesta interpretação da colonização do Brasil, as mulheres indígenas foram ditas pelo olhar eurocêntrico, androcêntrico, colonizador e patriarcal, que nega-as enquanto sujeitos, bem como generaliza as experiências e os diferentes papéis das mulheres nas sociedades nativas.

O historiador Ronald Raminelli defende a tese de que os relatos sobre cotidiano das mulheres Tupinambá nos escritos dos viajantes sobre a cultura indígena no Brasil Colonial deu-se sob prisma teológico cristão. O imaginário do colonizador espaiava-se sobre o novo mundo; e sobre a mulher nativa recaía a misoginia cristão.

Para Raminelli (2012), as narrativas de viajantes e de padres da Companhia de Jesus apresentaram a mulher indígena como selvagem, feiticeira, lasciva e luxuriosa. Comumente, a mulher índia foi associada a Eva, e igualmente representada como tentadora e pervertida sexualmente; e as velhas índias com seios decaídos foram representadas como decrepita e entraves à colonização.

Frente à colonização e à conversão ao cristianismo, a manutenção do cotidiano das mulheres tupinambá, em especial das velhas índias, na interpretação do historiador Ronald Raminelli (2012: 43), foi “[...] resistência indígenas contra os empreendimentos coloniais europeus.”

Para o historiador João Azevedo Fernandes, o status da mulher Tupinambá era elevado e tinha papel de conferir poder dentro do sistema de casamento Tupinambá, por isso, a mulher Tupinambá “parece resumir em si boa parte desta complexidade, na medida em que se apresenta como um elemento privilegiado de intermediação entre aqueles mundos díspares. (FERNANDES, 2003:23).

A historiadora Suellen Siqueira Julio apresenta a trajetória da índia caiapó Damiana de Cunha, que atuou na política de Goiás, c. 1780-1831. Para Julio (2015), a trajetória de Damiana da Cunha como mediadora da política de aldeamento entre os caiapós, mostra que a vida das mulheres indígenas não restringiam-se aos estereótipos de submissão, de objeto sexual e de confinamento.

Neste importante estudo no que diz respeito a desconstrução dos lugares e papéis atribuídos às mulheres indígenas no Brasil Colonial, ao analisar a obra *Brasileiras Célebres* (1862) de autoria de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, a historiadora Suellen Siqueira Julio destaca que dentro da sociedade patriarcal de meados do século XIX, a obra *Brasileiras Célebres*, ainda que objetivando apresentar modelos de mulher a ser seguido, é notável por abordar mulheres como protagonista, sendo quatro delas índias: Damiana da Cunha (a mulher missionária), Paraguaçu ou Catarina Álvares (bela e virtuosa esposa de Caramuru), Maria Bárbara (a mártir do amor conjugal) e Clara Camarão (a guerreira). Entretanto, apesar do “[...] autor assegurar um espaço para as índias na memória social, se encarrega de localizá-las no passado, já que dia a dia os indígenas caminhariam para a extinção.” (JULIO, 2015: 97).

O estudo da historiadora Eliane Cristina Deckmann Fleck sobre “as estratégias missionais e discursivas empregadas pelos padres jesuítas para obter e valorizar a transformação das condutas dos Guarani, especialmente das mulheres, e a destacar as representações de que foram alvo na documentação jesuítica.” (FLECK, 2006: 619.) mostra como nas *Cartas Anuas* (Relatórios anuais enviados pelo Padres das Províncias ao Padre Geral da Companhia de Jesus) e a obra *Conquista Espiritual* do Pe. Antonio Ruiz de Montoya (1639) é possível reconstituir os papéis assumidos pelas mulheres na sociedade Guarani.

Nesta sociedade, as mulheres guarani ora foram representadas como incitadoras do pecado e da castidade dos padres, mulheres cuja sensualidade colocava em perigo a salvação, ora foram representadas como as pragadoras, exemplo de virtude e de conduta piedosa.

Para Elisa Frühauf Garcia, mulheres índias eram atraídas para núcleos urbanos.

Trabalhos recentes sobre várias regiões da América demonstram como as índias encontravam várias oportunidades nos espaços urbanos. Elas trabalhavam como vendedoras nas ruas e como criadas nas casas mais abastadas, além de se valerem de intercursos sexuais como uma forma de sobrevivência. As mais bem-sucedidas, possuíam rendas urbanas e atuavam ainda como pequenas usurárias. Apesar de certamente encontrarem dificuldades nos núcleos coloniais, provavelmente muitas preferiam ariscar a sorte nas cidades e vilas a permanecerem nas aldeias. Para o caso das missionárias que deixavam os seus povos, a questão a ser colocada não é tanto se elas realmente obtinham benefícios com estas mudanças, mas sim pensar o que buscavam e conseguiam e, em que medida, as fugas eram percebidas como vantajosas. Para muitas, livrar-se do regime de comunidade, onde o trabalho cotidiano das mulheres era bastante pesado, e buscar colocação em outra paragem poderia parecer mais promissor. (GARCIA, 2011: 01)

Estes estudos são relevantes, pois mostram e discutem representações acerca das mulheres indígena no passado. Embora existam os estudos aqui mostrados, preocupados com as representações das indígenas no Brasil Colonial e Imperial, os estudos sobre gênero e etnia na produção historiográfica ainda são diminutos e restritos ao passado distante.

A historiografia, em especial a produção histórica no âmbito dos estudos de gênero, precisa estudar as experiências de mulheres indígenas nos séculos XIX, XX e XXI e avançar no sentido de discutir os silêncios acerca das experiências de mulheres indígenas na história do Brasil, e ao mesmo tempo historiar as atuações de mulheres indígenas, rompendo com os estereotípicos e as discriminações voltados para os povos indígenas no Brasil que alimentam os silenciamentos.

Deste modo, “há um outro histórico que não pode ser ignorado.” As histórias dos povos indígenas, em especial das mulheres indígenas, com sua “[...] cosmovisão com valores e tradições totalmente diferentes do mundo urbano e masculino envolvente.” (POTIGUARA, 2002: 3), precisam ser contadas na contramão dos silêncios, das violações e das discriminações impostos pelas colonizações aos povos indígenas.

Considerações Finais

Desde os anos 1980 a invisibilidade de mulheres indígenas nos movimentos indígenas e na sociedade envolvente é amplamente criticado por Eliane Potiguara, Azelene Kaingang e Sonia Guajajara. Suas trajetórias pontam para uma participação de mulheres indígenas no movimento indígena, na literatura, nas associações e nos conselhos.

Estas mulheres denunciam a invisibilidade das mulheres indígenas na história do tempo presente e mostram os enfrentamentos dentro da comunidade indígenas, bem como os preconceitos e as discriminações dos homens indígenas e da sociedade envolvente.

A história das experiências destas mulheres ainda estar por ser discutido nos estudos históricos na perspectiva de gênero. Embora existam importantes estudos sobre as representações das mulheres indígenas, a historiografia brasileira produzida sobre as mulheres indígenas ainda circunscreve as mulheres indígenas ao passado colonial, com exceção do depoimento de Azelene Kaingang para o livro *Nova História das Mulheres*.

Neste artigo foi esboçado apenas um fio dos muitos que ainda precisam ser produzidos e tecidos para uma história das mulheres indígenas no Brasil, que pense os silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil.

Referência Bibliográfica:

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento Indígena no Brasil. Cap. 5. In: WITTMANN, Luisa Tombini. (Orgs.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. P. 143-175.

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a Mameluca**: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. P.303.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De mancebas auxiliares do demônio a devotas congregantes: mulheres e condutas em transformação (reduções jesuítico-guaranis, séc. XVII). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 617-634, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 23 July 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300003>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52 ed. São Paulo: Global, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – FUNAÍ. Quem somos. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 23 de maio de 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. "Ser índio" na fronteira: limites e possibilidades. Rio da Prata, c. 1750-1800», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 31 janvier 2011, consulté le 12 juillet 2015. URL: <http://nuevomundo.revues.org/60732>; DOI: 10.4000/nuevomundo.60732

GUAJAJARA, Sonia Bone. História de Vida. Programa Liderar. Instituto Internacional de Educacional do Brasil. Disponível em alice.ces.uc.pt/en/wp.../Sonia_Guajajara_depoimento-Liderar-IEEB.doc. Acesso em 20 de maio de 2015. P. 7.

GUAJAJARA, Sonia Bone. **Fala introdutória a leitura da carta do movimento indígena à Presidenta Dilma Rousseff**. Brasília, 05 de junho de 2012. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=8531. Acesso em 15 de maio de 2015. Não paginado.

GUAJAJARA, Sonia. **Pronunciamento dos Representantes Indígenas no Dia Mundial do Meio Ambiente**. Brasília, 05 de junho de 2012. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=indigenas_detalhe&id_afro=8531. Acesso em 15 de maio de 2015. Não paginado.

GUAJAJARA, Sonia Bone. "É hora de ir para cima, para o embate." **Carta Capital online**. Publicada em 28 de setembro de 2013, às 14h07min. Entrevista concedida à Maria Emília Coelho. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/2013ce-hora-de-ir-para-cima-para-o-embate201d-4865.html>. Acesso em 25 de junho de 2015.

JULIO, Suellen Siqueira. **Damiana de Cunha**: uma índia entra a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão (Goiás, C. 1780-1831). Dissertação de Mestrado em História. UFF. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas do **Censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 20/08/2014.

KAINGANG, Azelene. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P.410-422.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

POTIGUARA, Eliane. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 01, jun. 2002. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 out. 2014.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary(Org.).**História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Izabel. **Conheça quatro das principais lideranças indígenas da Amazônia**. Publicada em 19 de abril de 2015, às 09h48min. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/cidades/conheca-quatro-das-principais-liderancas-indigenas-da-amazonia/?cHash=cde8b203560ed73a57a6116634437da6>> . Acesso em: 04 de junho de 2015. Não paginado.

TUPINAMBÀ, Aracy. **Aracy Tupinambá fala sobre o contexto das mulheres indígenas na mídia brasileira.** Publicada em 24 de julho de 2012. Entrevista concedida a CinemaArtes. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/?p=1744>. Acesso em 12 de maio de 2015.